

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR  
CAMPUS PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES  
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**DIEGO FERNANDO BATISTA**

**IMPACTOS NOS GASTOS COM EMISSÃO DE NOTA FISCAL NAS  
EMPRESAS DO RAMO DE CONFECÇÕES DE ROLIM DE  
MOURA/RO.**

**Trabalho de Conclusão de Curso**

**Artigo Científico**

**CACOAL - RO  
2014**

**DIEGO FERNANDO BATISTA**

**IMPACTOS NOS GASTOS COM EMISSÃO DE NOTA FISCAL NAS  
EMPRESAS DO RAMO DE CONFECÇÕES DE ROLIM DE  
MOURA/RO.**

Artigo - Trabalho Conclusão de Curso  
apresentado à Universidade Federal de  
Rondônia – UNIR – *Campus* Professor  
Francisco Gonçalves Quiles como requisito  
parcial para obtenção do grau de Bacharel em  
Ciências Contábeis.

Orientador: Prof.º Ms. Cleberson Eller Loose.

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR**  
**CAMPUS PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES**  
**DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

O artigo TCC, intitulado “**IMPACTOS NOS GASTOS COM EMISSÃO DE NOTA FISCAL NAS EMPRESAS DO RAMO DE CONFECCÕES DE ROLIM DE MOURA/RO**”, elaborado pelo acadêmico Diego Fernando Batista foi avaliado e julgado aprovado pela banca examinadora formada por:

---

Profº Ms. Cleberson Eller Loose  
Presidente

---

Profº Ms. Liliane Maria Nery Andrade  
Membro

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Eleonice Dal Magro  
Membro

---

Média

# **IMPACTOS NOS GASTOS COM EMISSÃO DE NOTA FISCAL NAS EMPRESAS DO RAMO DE CONFEÇÕES DE ROLIM DE MOURA/RO.**

Diego Fernando Batista<sup>1</sup>

**Resumo:** O uso da nota fiscal surgiu no ano de 1970 com o convênio ICMS s/nº que obrigou a toda empresa contribuinte do ICMS e IPI a emissão de documento fiscal, desde então o documento mais utilizado foi a Nota Fiscal modelo 1, que até o surgimento da NF-e, no ano de 2006, não havia sofrido alterações, esse novo documento trouxe como objetivo a redução do impacto ambiental com impressão e uso de papel, a redução dos gastos das empresas emitentes do documento e facilitação no processo de fiscalização. A pesquisa buscou verificar se a redução dos gastos descritas pelo projeto realmente ocorre com a substituição da Nota Fiscal modelo 1 pela NF-e. Foram realizadas 28 entrevistas semiestruturada composta por perguntas abertas e fechadas. A pesquisa foi realizada com os responsáveis pela emissão do documento fiscal nas empresas do ramo varejista de confeções que sejam associadas à Associação Comercial e Industrial de Rolim de Moura (ACIRM). Com o resultado obtido constatou-se que a redução dos gastos pode chegar a 60,92%, mas essa redução pode sofrer variações em decorrência de alguns fatores como o número de notas emitidas no período de validade do certificado digital, pois o valor gasto com aquisição do certificado digital será rateado pelo número de notas emitidos no período, podendo ser de 01 ano caso utilize o certificado A1 ou 03 anos com a utilização do modelo A3.

Palavras chaves: Gastos. SPED. Nota Fiscal Eletrônica.

## **1 INTRODUÇÃO**

Toda empresa que contribui com o Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) ou Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), após a criação do Protocolo ICMS s/nº no ano de 1970, se torna obrigada a emissão de documentos fiscais, o qual acobertará a circulação da mercadoria. Dentre os documentos fiscais o mais conhecido e utilizado é a nota fiscal modelo 1 ou 1A, documento este absoluto e sem grandes alterações até o ano de 2004 quando se inicia o processo de informatização da informação (AZEVEDO, 2009).

O I Encontro Nacional dos Administradores Tributários (ENAT) foi o marco para o início da informatização das operações fiscais. Mudança que se tornou realidade apenas no ano de 2006 quando ocorre a emissão da primeira Nota Fiscal Eletrônica (NF-e). O projeto

---

<sup>1</sup> Acadêmico do 8º período do Curso de Ciências Contábeis da Fundação Universidade Federal de Rondônia. Campus Francisco Gonçalves Quiles. Email: diego-fernando140@hotmail.com. Orientador: Prof. ° Ms. Cleberson Eller Loose.

busca beneficiar desde o emitente até a população, dentre os benefícios podemos citar alguns, tais como: diminuição de utilização de papéis, facilitação na fiscalização, parametrização dos demonstrativos em todo território nacional reduzindo os custos no processo de fiscalização, emissão e recepção da nota fiscal.

Com a obrigatoriedade à adoção deste novo documento, cabe verificar se a redução de custos, que é proposto no projeto terá impacto nas empresas, ou se apenas se refere à substituição de gastos anteriores por novos. Sendo assim, foi verificado através de empresas que possuem como atividade principal o comércio varejista de confecções instaladas na cidade de Rolim de Moura – RO, e quais foram os impactos sofridos pela empresa após a adoção deste novo documento.

Nesse sentido o objetivo geral deste trabalho consiste em evidenciar qual foi o impacto nos gastos das empresas com a implantação da NF-e, e para melhor delinear a pesquisa, três objetivos específicos foram elencados: levantar os gastos que a empresa tinha quando utilizava nota fiscal modelo 1 ou 1A; identificar os gastos com emissão de NF-e; e comparar os gastos decorrentes da nota fiscal modelo 1 ou 1A e os agora decorrentes da NF-e.

Para isso, foi realizada uma pesquisa exploratória com 28 empresas, por meio de uma entrevista semiestruturada com perguntas abertas e fechadas a funcionários e proprietários que estejam diretamente ligados a emissão de nota fiscal, os quais tiveram suas questões agrupadas de acordo com suas similaridades. Posteriormente foi realizada uma análise dos dados com o auxílio de ferramentas eletrônicas e subsídio de material bibliográfico, o qual auxiliou na apresentação do resultado encontrado.

Constatou-se que pode ocorrer à redução dos gastos com emissão de NF-e em substituição a Nota Fiscal modelo 1 ou 1A, mas para tal feito é preciso primeiramente que o responsável entenda todo o processo e verifique as exigências deste novo projeto. A redução dos gastos está diretamente ligada a fatores que influenciaram na obtenção deste resultado, podemos citar alguns como: a tecnologia existente na região, o número de vias que são impressas do DANFE e principalmente o número de notas que se emite. O número de notas é primordial para alcançar o objetivo imposto, pois ele será utilizado para rateio do gasto com aquisição do certificado digital, situação que poderá reduzir ou aumentar o valor unitário gasto por nota emitida, em comparação ao modelo 1 ou 1 A.

Essa diferença ocorre principalmente em favor da classificação sofrida pelos gastos que são envolvidas na emissão do documento, pois a aquisição de jogos de notas que ocorria quando se emitia Nota Fiscal modelo 1 era uma despesa variável, por que o valor gasto na

aquisição era variável em relação ao número de notas que se era emitida, já a NF-e possui um custo basicamente fixo, por que se utiliza um certificado digital para autorização e emissão do documento e sua impressão pode ser realizada em um papel comum (sulfite). Portanto, o valor da aquisição do certificado será atribuído a todas as notas que serão emitidas dentro do período de validade do certificado.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 TERMINOLOGIAS DA CONTABILIDADE DE CUSTO**

A contabilidade de custo é composta por terminologias, entre as principais podemos citar os gastos, despesas e custos. O gasto é definido por Martins (2010, p. 17) sendo a “compra de um produto ou serviço qualquer, que gera sacrifício financeiro para a entidade”. Dentro desta nomenclatura é apresentada à terminologia de desembolso que representa o pagamento que é resultante da aquisição deste bem, este não ocorrerá sempre que se tiver um gasto, pois o sacrifício financeiro proposto pode ser uma promessa de pagamento futuro (MARTINS, 2010).

Para Martins (2010), as despesas são os gastos com bens e direitos que são consumidos de forma direta ou até mesmo indireta que garantem a obtenção de receita. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) no CPC 00 descreve as despesas sendo aquelas que ocorrem no “curso das atividades usuais da entidade”, apresentando como exemplo o custo das vendas, salário e depreciações, que são gastos do período mais não está ligada a produção, exceto a depreciação de equipamentos utilizados na produção, pois estes devem ser atribuídos aos custos do produto produzido.

A terminologia custo é definida por Martins (2010, p. 17) sendo um “gasto relativo a bem ou serviço utilizado na produção de outros bens e serviços”, portanto antes mesmo de se tornar um custo ou despesas este são considerados gastos. Podemos citar como exemplo a aquisição de matéria prima, que no ato da aquisição esta é classificada como um gasto e no momento que é utilizado na produção de um bem ou na realização de um serviço ela se torna um custo (MARTINS, 2010).

Segundo Martins (2010), até a revolução industrial só existia basicamente a contabilidade financeira ou geral como também é conhecida, pois nesta época para verificação dos custos apenas era utilizado o saldo de estoque, onde se fazia uso de uma fórmula para

identificar o Custo da Mercadoria Vendida (CMV) ou Custo da Mercadoria Produzida (CPV) como é conhecido.

$\text{Estoque inicial (+) Compras (-) Estoques finais (=) Custo da mercadoria vendida}$
--

Após a revolução industrial a contabilização se tornou mais complexa devido ao surgimento das máquinas utilizadas na produção, sendo necessário à atribuição dos gastos com os maquinários, assim ocorre o surgimento da contabilidade de custo (MATTOS, 2012).

O princípio da contabilidade de custos foi de mensurar monetariamente o valor dos estoques e do resultado da empresa, para facilitar o trabalho dos contadores e do fisco. Com o passar dos anos esse objetivo vem evoluindo e a contabilidade de custos passou a ser de grande importância para os administradores, deixando de apresentar apenas valores para os demonstrativos, passando a fornecer dados para controle e auxílio na tomada de decisões referente à produção (COSTA, 2013).

Ano após ano o mercado vem crescendo consideravelmente. Este crescimento tem deixado à concorrência maior, isto faz com que as empresas busquem melhores mecanismos para definir seus preços de venda, uma ferramenta adotada é a contabilidade de custos, que para ser útil requer um controle rigoroso. No entanto, na atual conjuntura conhecer o custo não é o suficiente para definir preços de venda, é preciso à verificação do preço de mercado, de forma que a empresa não perca mercado por causa de valores exorbitantes, só que também é preciso um controle minucioso dos custos, onde permita verificar se o produto trará rentabilidade em suas operações (MARTINS, 2010).

Segundo Martins (2010), a diferenciação entre custos e despesas na teoria é muito fácil, onde custos referem-se aos gastos ocorridos com a produção do bem ou serviço, e os gastos referentes à administração venda e financiamento são despesas, porém na prática não é tão fácil, devido ao fato de que alguns gastos não permitem essa separação de forma clara e objetiva.

Nesse sentido, Costa (2013) afirma que os gastos que não são utilizados no processo de produção, e que são utilizados para obtenção de receitas, são considerados despesas. Também são destacados alguns exemplos por Martins (2010), sendo eles os gastos com departamento de recursos humanos e pessoal, departamento de contabilidade, departamento de compras e almoxarifado.

Com a dificuldade enfrentada para a separação de determinados gastos, como por exemplo, o departamento de compras que realiza compra tanto para administração como para a produção, segundo Martins (2010) foram adotados alguns procedimentos com o objetivo de solucionar ou simplificar a distribuição de tais gastos, os quais são:

- a) Valores irrelevantes dentro dos gastos totais da empresa não devem ser rateados;
- b) Valores relevantes, porém repetitivos a cada período, mas que tenha sua maior parte definido como despesa não deve ser rateada;
- c) Valores cujo rateio é extremamente arbitrário também não devem ser rateados.

Custo é definido por Nascimento (2001, p. 25) como a “Somatória dos bens e serviços consumidos ou utilizados na produção de novos bens e serviços, traduzidos em unidade monetária”, onde Wernke (2004) complementa afirmando que no caso das indústrias os gastos com matéria prima, salários e encargos sociais dos operários da fábrica, depreciação das máquinas e móveis utilizados em tal produção se transformam em custos.

Com toda a evolução tecnológica e industrial ocorrido nas empresas a contabilidade de custos também precisou passar por mudanças, as quais objetivavam o desenvolvimento da contabilização a fim de trazer informações mais claras e detalhadas aos administradores. Desta forma a contabilidade passou a classificar os custos em diretos e indiretos; variáveis e fixos, o que permite uma maior qualidade na informação sobre os custos de produção ou prestação de serviço.

Os custos fixos, segundo Nascimento (2001), representam aquele gasto que independente da quantidade produzida não sofre variação, já os variáveis são representados por aqueles gastos que sofrem mudanças conforme a quantidade produzida. O autor Martins (2010) destaca como exemplo de custo fixo o valor gasto com aluguel do imóvel no qual é realizada a produção das mercadorias, pois este independente da sua produção se manterá sempre o mesmo; já para custo variável ele apresenta os gastos com matéria-prima que ocorrerá uma variação no período de acordo com a produção realizada.

Uma característica do custo fixo é que mesmo ele sendo fixo, não quer dizer que o valor irá se repetir por todos os períodos, este custo pode apresentar alterações de um período ao outro, um exemplo é o reajuste de aluguel. Os custos classificados como fixos podem sofrer uma nova classificação, sendo repetitivos e não repetitivos; como o próprio nome já define, os repetitivos são aqueles que apresentam o mesmo valor por vários períodos, um exemplo é a depreciação; não repetitivos são aqueles que a cada período sofre uma alteração em seu valor, exemplo é a energia da fábrica. Porém até mesmo os custos classificados como



fixos repetitivos não terão o mesmo valor eternamente, podendo haver alteração em seu montante, caso haja incremento na capacidade de produção e/ou prestação de serviços (MARTINS, 2010).

Em sua outra classificação, os custos são separados em diretos e indiretos, classificação esta que se baseia na relação entre o produto feito e o custo. Os custos diretos são aqueles que apresentam uma ligação direta com a produção, com algumas exceções normalmente os custos classificados como diretos estará relacionado aos custos variáveis. Já os custos indiretos são aqueles que não estão ligados direto ao processo produtivo, por isso dependem de um critério de rateio para identificar sua participação na produção, em sua maioria corresponderá aos custos fixos (MARTINS, 2010).

As despesas assim como os custos também são classificáveis em fixas ou variáveis. Esta classificação é comparada as do custo, onde as despesas fixas são aquelas que independem do volume da atividade, podemos citar como exemplo os gastos com propagandas, que o volume de vendas não afetará diretamente aos gastos com tais atividades, agora as comissões pagas aos vendedores se tornam uma despesa variável por dependerem do volume de venda (MARTINS, 2010).

## 2.2 LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

O termo tributo é existente desde o ano de 10.000 A. C. onde os reis e nobres controlavam a cobrança de taxa da população. Como nesta época não havia legislação para controlar a taxa cobrada, os valores eram exorbitantes e os trabalhadores se tornavam cada vez mais endividados. Apenas no ano de 1400 começaram a surgir algumas legislações que tornaram a cobrança menos abusiva (FERRARI, 2013).

O conceito de tributo é dado pelo Código Tributário Nacional (CTN) no (Art. 3º) como sendo “toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada”, de forma mais clara podemos dizer que é a obrigação originada da relação entre uma pessoa política e um credor que tem o direito de arrecadar tributo, a qual deve ser expressa em moeda corrente do país, e ser paga independente de infração contra lei e da vontade do contribuinte, o tributo só pode ser cobrado quando instituído em lei (FABRETTI, 2005).

No Brasil o direito tributário passou a existir no ano de 1965 onde a ementa constitucional 18/65 estruturou um sistema tributário no país, e no ano seguinte criou-se o Código Tributário Nacional (CTN) que trouxe mais especificações em relação ao direito tributário (PAULSEN, 2012).

O direito tributário é definido por vários autores, sendo a relação existente entre o estado e o contribuinte, aos quais representam as atividades financeiras que correspondem uma receita à entidade. Relação que é regida por legislação, podendo ser de competência nacional, estadual e até mesmo municipal. Em seu Art. 5º o CTN classifica os tributos em 03 classes, que são: Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria.

### **2.2.1 Classificação**

Como definido pelo CTN em seu Art.º 5º em sua primeira e principal classificação do tributo está os impostos, este que é expresso em seu art. 16º como sendo “o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade específica, relativa ao contribuinte”. Segundo Fabretti (2005) o imposto uma vez que instituído em lei, independente de alguma atividade voltada ao contribuinte, é devido, não tendo vínculo algum entre uma atividade do estado ao sujeito passivo, ou seja, não exige obrigatoriedade de contraprestação do Estado.

Segundo Paulsen (2012), é de fundamental importância e dever de toda a população contribuir com as despesas públicas, e a distribuição está relacionada ao poder contributivo, sendo assim, o valor a ser pago decorrerá do valor de base de cálculo. Podemos destacar como exemplo o Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU), o qual deve ser pago anualmente ao município independente de alguma atividade realizada, onde seu valor será calculado de acordo com o valor do imóvel; outro exemplo é o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) o qual é pago todo ano pelo proprietário do veículo independente de qualquer atividade, e o valor por sua vez decorrerá do valor do bem. O imposto de acordo com os artigos 153 a 155 da Constituição Federal (CF) são de competência da união, estado ou municípios.

Definido nos artigos 77 e 78 do CTN a taxa corresponde a outra espécie de tributo a qual origina-se pela utilização do serviço público, de forma efetiva, em razão de uma atividade prestada ou que se encontra a disposição do contribuinte. Como é de interesse do contribuinte não há o porquê de toda a população contribuir para tal atividade, assim surge a

competência para instituição de tributo a ser pago pelo contribuinte ao qual se beneficie da atividade prestada.

No artigo 77 do CTN em seu parágrafo único especifica que a base de cálculo ou fato gerador da taxa não podem ser os mesmos aplicados aos impostos e também não devem ser calculadas em razão do capital social das empresas (FABRETTI, 2005). Conforme citado por Paulsen (2012) a taxa é cobrada para custeio da atividade em razão da prestação solicitada pelo contribuinte, não podendo ter sua destinação desvinculada da atividade. Dentre alguns exemplos que podemos destacar de taxas estão as: custas judiciais e taxa de licenciamento de veículo.

A contribuição de melhoria é prevista no artigo 81 do CTN onde está claro que sua atribuição é diretamente ligada a uma atividade que acarretará uma valorização imobiliária (RECEITA FEDERAL). O CTN em seu art. 82 destaca alguns requisitos mínimos para sua exigibilidade, sendo eles:

- a) Memorial descritivo do projeto;
- b) Orçamento das custas da obra;
- c) Determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição;
- d) Delimitação da zona beneficiada;
- e) Determinação do fator de observação do benefício da valorização para toda a zona ou para cada uma das áreas diferenciadas, nelas contidas.

Segundo Fabretti (2005), pelas exigências impostas no art. 82 do CTN e pela possibilidade de impugnação da parte dos interessados na prática são raros os casos em que ocorra a cobrança da contribuição de melhoria, e sempre que ocorreu, nunca atendeu os requisitos mínimos destacados na legislação.

A constituição em seus artigos 148 e 149 descrevem além das 03 espécies tributárias destacadas pelo CTN mais 02 modalidades tributárias, sendo elas: Empréstimos compulsórios e contribuições sociais. Onde suas criações são de competência apenas da união. Segundo o art. 148 da Constituição Federal (CF) o empréstimo compulsório poderá ser instituído através de leis complementares e tem a função de atender despesas extraordinárias, decorrentes de situações de calamidade pública, guerra externa e sua iminência (SABBAG, 2012). A contribuição social esta descrita no artigo 195 da CF a qual é financiada por toda a população de forma direta ou indireta. Podemos destacar como exemplo de contribuição social a folha de salários pelo empregador à pessoa que presta serviços a ele.

No que se trata de Tributos, no ano de 1970 foi assinado o Convênio ICMS s/nº que institui a obrigação dos contribuintes do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e Imposto Sobre Operações Relativas À Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) a adotarem a emissão de documentos fiscais, entre os documentos relacionados no convênio estava nota fiscal modelo 1 ou 1-A.

### 2.3 NOTA FISCAL

Instituída pelo convênio ICMS s/nº de 15 de Dezembro de 1970, a nota fiscal tem como sua principal finalidade acobertar a circulação de mercadoria, sendo venda, transferência, devoluções e outras, de empresas obrigadas a contribuir com o ICMS ou IPI. Para a emissão da nota fiscal, é exigido que se tenha primeiramente a Autorização de Impressão de Documentos Fiscais (AIDF) para então realizar a impressão do documento em gráficas autorizadas a este procedimento.

Com o passar dos anos a legislação que rege a emissão do documento fiscal em papel não sofreu nenhuma alteração em sua essência, o que houve foram apenas evoluções tecnológicas que vieram para auxiliar os contribuintes no cumprimento de suas obrigações. No ano de 1970 foi criado a AIDF, uma forma de se controlar a emissão de documentos fiscais, já que não se tinha conhecimento de novas tecnologias que permitissem a fiscalização (AZEVEDO, 2009).

Enquanto a emissão era manual se era necessário pessoas com boa caligrafia, porém nos anos seguintes, após a intensificação da fabricação de máquinas de escrever, a emissão manual é substituída pela digitação dos dados na nota, mesmo com essa evolução ainda se fazia necessária a AIDF para fabricação dos blocos de notas pré-impressas.

Já no ano de 1990 surge uma nova tecnologia, os computadores que com o auxílio de outros periféricos como as impressoras matriciais facilitaram a emissão do documento. Com essa nova mudança a mão de obra precisou se qualificar para que pudessem manusear esses novos equipamentos. Mesmo com toda a evolução tecnológica que surgiu com o passar dos anos ainda se fazia necessário a emissão da AIDF, pois não se encontrava nenhuma ferramenta que pudesse o substituir (AZEVEDO, 2009).

Apenas no ano de 2005 com o surgimento de um novo modelo de nota fiscal, a NF-e, se inicia o processo de substituição da AIDF por outra forma de controle de emissão de

documento pelas entidades. Com esta nova ferramenta a Nota Fiscal não será mais emitida em lotes como se fazia com a AIDF, agora a autorização ocorrerá número a número por meio de um certificado digital que autenticará e autorizará a emissão do documento fiscal. O Projeto de NF-e teve início no ano de 2004 e faz parte do projeto chamado Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).

## 2.4 SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – SPED

No ano de 2003 foi promulgada a emenda constitucional nº 42 onde altera o Sistema Tributário Nacional (STN) com a tarefa de promover a integração das três esferas governamentais, devendo haver o compartilhamento de cadastros e informações fiscais (BRASIL, 2003).

Para colocar em prática a integração a qual foi instituída pela Emenda Constitucional nº 42, no ano de 2004 foi realizado o I Encontro Nacional dos Administradores Tributários – ENAT, onde reuniu-se membros da receita federal, secretaria da fazenda e secretaria de finanças, procurando soluções para integrar os governos federal, estadual e municipal. Nesta reunião que se realizou na cidade de Salvador-BA foi aprovado inicialmente dois grandes projetos: o Cadastro Sincronizado e o da Escrituração Digital (ENAT, 2005).

No ano seguinte aconteceu o II ENAT, este por sua vez realizado na cidade de São Paulo/SP, e que teve como principal objetivo colocar em prática os projetos assinados no ano de 2004 no I ENAT. Neste encontro foram assinados os protocolos de cooperação n.º 2 que estabelece as vantagens e proposta de implantação do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) e o n.º 3 que dispõe os benefícios e a forma de execução do projeto NF-e, dando início a utilização da assinatura digital para emissão de nota fiscal (RECEITA FEDERAL, 2005).

O projeto Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) foi criado no ano de 2007 pelo decreto 6.022 e integra o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) instituído pelo Governo Federal. Este projeto foi o marco para informatização das informações e o início da cooperação entre fiscos da esfera municipal, estadual e federal (RECEITA FEDERAL, 2012).

No início o projeto SPED foi composto por três subprojetos: a escrituração contábil digital, a escrituração fiscal, e a nota fiscal por meio eletrônico. Em primeiro momento os principais objetivos deste grande projeto são unificar as obrigações tributárias, padronizar as obrigações acessórias dos contribuintes em todo território nacional e promover a integração

dos fiscos em âmbito nacional, tornando assim o acesso às informações mais prático visando reduzir, em tempo e gastos financeiros, a fiscalização das informações contábeis e fiscais (RECEITA FEDERAL, 2012).

O projeto SPED surgiu com a pretensão de mudar a forma de apresentação das obrigações acessórias, não reduzindo mais unificando, padronizando e compartilhando tais informações. Esse procedimento beneficiou a fiscalização, onde se torna mais ágil devido a sua padronização, por serem digitais e pela redução da burocracia para compartilhamento das informações fiscais, já que estão acessíveis as três esferas governamentais (AZEVEDO, 2009).

Esse processo tem em seu principal objetivo auxiliar o fisco, já que com o grande número de demonstrações apresentadas, a dificuldade de fiscalização a cada dia que passa se torna mais lenta e complicada. Com a assinatura digital e o compartilhamento das informações entre os governos, houve grande benefício, os quais não só beneficia o fisco, mais também as empresas, diminuindo seus custos com emissão e armazenamento, mas também reduziu o tempo de transporte, já que as informações estão mais acessíveis e de melhor entendimento (YOUNG, 2009).

Além da agilidade e redução dos custos no processo das empresas e da fiscalização, Azevedo (2009) destaca outro ponto muito importante ao qual o projeto SPED proporcionou, onde com o compartilhamento de informações digitais e por sua autorização e emissão serem em tempo real, tornando-se possível realizar a confrontação de dados, reduz e facilita a identificação do ilícito tributário. Anteriormente com a utilização de papeis, isso era quase impossível, pois quando identificado alguma possibilidade de fraude era solicitada a entidade a apresentação de suas informações em um determinado prazo. Hoje se o contribuinte emitir uma nota de saída, automaticamente o fisco tem acesso à informação que o destinatário realizou uma aquisição.

## 2.5 CERTIFICADO DIGITAL

A certificação digital surgiu no ano de 2001, após a criação da Medida Provisória nº 2.200. A autora Young (2009, p.19) cita o certificado digital sendo “um documento eletrônico, assinado digitalmente por uma terceira parte confiável, que associa uma entidade (pessoa, processo, servidor) a uma chave pública”, já de uma forma mais simples Azevedo (2009, p. 55) o descreve sendo “a forma de identificar a autoria nas operações via internet”.

Sendo assim com a utilização da certificação digital se torna possível identificar a origem de uma transação. A emissão do certificado pode ser feita tanto por uma pessoa física como por uma pessoa jurídica e sua emissão somente é permitida por uma autoridade certificadora (AZEVEDO, 2009).

O certificado digital é composto por informações padrões que são exigidas pela autorizadora, Young (2009, p. 19) descreve estes dados sendo “nome, e-mail, CPF, chave pública, nome e assinatura da certificadora que o emitiu” e ainda o descreve sendo “uma carteira de identidade virtual”. O certificado digital tem várias funções, dentre elas está a de subsidiar o projeto SPED, onde se faz necessário a utilização deste para autorizar os documentos fiscais, o que assegura a sua validade (AZEVEDO, 2009).

Existem dois tipos de certificados que podem ser emitidos, o A1 e o A3. Podemos destacar duas diferenças básicas entre os modelos, a primeira é que o certificado A1 tem sua validade para 01 (um) ano e este é armazenado em seu próprio computador, já o A3 é armazenado em um cartão inteligente ou *token* e tem sua validade por 02 ou 03 anos. Já outro ponto importante que se diz respeito aos dois modelos é que o A3 é mais seguro, pois por estar armazenado em um cartão inteligente ou *token* não permite a exportação ou qualquer tipo de cópia, o que não é o caso do A1 que pode ser exportado a qualquer momento de um computador (AZEVEDO, 2009). Esses dois modelos de certificados digitais possuem como características a grande oscilação nos seus custos, pois existem diversas certificadoras, onde cada uma oferece serviços com particularidades e preços diferentes.

## 2.6 NOTA FISCAL ELETRÔNICA

No começo havia uma grande dificuldade em identificar um padrão ao qual seria possível a utilização por todo o território nacional, sendo assim representantes do Estado de São Paulo e do Rio Grande do Sul foram ao Chile, pois já estava em prática o projeto chamado de *Factura* Eletrônica, ao qual procurou uma solução para solucionar o problema tecnológico enfrentado pelos responsáveis do projeto (MELLO, 2010).

Após muitos estudos, até mesmo com base em projetos utilizados por outros países como foi o caso do Chile, no ano de 2005 foi distribuído convites a empresas para uma apresentação do projeto NF-e, onde buscaram voluntários a modo de verificar e colocar em prática regras definidas pela equipe responsável. Para seleção das empresas convidadas foram estudados nos Estados de São Paulo, Bahia e Rio Grande do Sul os maiores contribuintes e

emissores de nota fiscal, também verificou-se uma forma de selecionar empresas dos mais variados setores (YOUNG, 2009).

Após a apresentação do projeto, 18 empresas das convidadas mostraram interesse, além dessas, outra que não foi convidada a participar mais ficou sabendo do projeto se mostrou favorável e procurou os responsáveis e se colocou a disposição. Ao verificar a situação desta empresa foi visto que a mesma se enquadrava nos requisitos impostos e que ainda não havia nenhuma empresa do ramo já inscrita para o início dos testes, sendo assim o projeto contou com 19 empresas para dar início as suas atividades (MELLO, 2010).

No mês de outubro de 2005 teve início às reuniões entre representantes das 19 empresas e do fisco que participariam do projeto-piloto, estas reuniões foram o marco para a definição das documentações técnicas e leiautes, para dar início ao projeto da NF-e. Uma data memorável é o dia 20 de dezembro de 2005, neste dia foi aprovado o Ato Cotepe nº 72/2005, ao qual apresentava todas as especificações técnicas para emissão da NF-e, inclusive os campos do arquivo a ser utilizado pelo arquivo da NF-e e o Documento Auxiliar da Nota Fiscal eletrônica, o DANFE.

A cerimônia oficial para lançamento da NF-e ocorreu dia 30 de março de 2006, na cidade de São Paulo e contou com participações de várias autoridades que representaram toda a parte do fisco. No dia 03 de abril de 2006 iniciou-se a fase pré-operacional, nesta situação o documento oficial para as operações continuava sendo a com base nos papéis pré-impresso em gráficas após a emissão da Autorização de Impressão de Documento Fiscal (AIDF), porém junto às notas de papel era encaminhada uma NF-e, este processo foi importante para a elaboração do Ajuste Sinief nº 04/2006, onde se apresentou alterações decorrentes dos testes efetuados pelas empresas do projeto-piloto (MELLO, 2010).

No dia 15 de Setembro de 2006 teve início a emissão de notas fiscais eletrônicas com validade jurídica, passando assim a eliminação dos documentos emitidos em papéis; as primeiras empresas a emitirem NF-e foram as do Estado de São Paulo, há de se destacar que existe uma controvérsia na data da primeira nota emitida, função de que as 19 empresas esperavam fazer parte da história, com isso muitas fizeram plantões para ser a primeira a emitir NF-e. Ocorreu então que a Secretaria da Fazenda (SEFAZ) do Rio Grande do Sul disponibilizou o portal para emissão da NF-e no fim da tarde do dia 14 de Setembro de 2006, ocorrendo assim à primeira emissão neste dia, pela empresa Dimed Distribuidora de medicamentos, mas oficialmente a primeira nota fiscal eletrônica foi emitida no dia 15 de Setembro de 2006 (MELLO, 2010).



Cabe ressaltar que a partir da emissão da NF-e a nota fiscal deixa de ser representada por um formulário impresso como era a nota fiscal modelo 1 e passa a ser um documento eletrônico no formato XML que deve ser assinado através de certificado digital. O DANFE não corresponde mais a nota fiscal e sim uma representação gráfica para acompanhar o transporte, para isso não se faz necessário a impressão de mais de uma via do documento, já que é exigido a guarda do arquivo digital em formato XML. Torna-se de responsabilidade do emitente fornecer o arquivo ao destinatário e é de responsabilidade de ambos que mantenham a guarda deste por 05 anos (AZEVEDO, 2009).

A partir do ano de 2006 inicia-se a massificação das empresas emitentes de NF-e, no fim do ano de 2006 mais 50 empresas fizeram parte da 2ª etapa de voluntários. Para esta segunda etapa os responsáveis pelo projeto foram muito rigorosos, e estabeleceram cronogramas para adequação e início das atividades. Após a implantação dessas empresas, os diretores sofreram uma grande pressão por meio dos entes políticos e das empresas do projeto-piloto, sendo obrigados a mudar as estratégias utilizadas. No dia 01 de Abril de 2008 o Protocolo ICMS nº 10/2007 obrigou empresas do ramo de combustíveis líquido e de fumo a emissão da nota fiscal por meio eletrônico, a partir de então foram aprovados novos protocolos que foram enquadrando os demais setores à obrigação da mudança para a utilização de certificado digital para emissão de nota fiscal. Destaca-se que sempre houve a preocupação de aprovação de protocolos ICMS por parte das unidades federadas, onde continha prazos para adequação e adaptação das mudanças (MELLO, 2010).

Com a mudança de estratégia, até o fim do ano de 2009 mais de 62 setores comerciais estavam obrigados à emissão da nota fiscal por meio de certificação digital. Com o Protocolo ICMS nº 42/2009 foi alterada novamente a estratégias para obrigar as empresas ainda não optantes pelo uso de certificado digital em suas operações com nota fiscal, então neste protocolo foi adotado que para o ano de 2010 estariam enquadradas a essa mudança todas as empresas de atacado e indústria que ainda não estavam obrigadas pelos demais protocolos.

Com a mudança de estratégia, no ano de 2010, pode-se dizer que 100% das empresas legalmente registradas no país estavam já obrigadas a adoção do novo modelo de emissão. Dentre estas, as empresas do ramo de confecções também se tornaram obrigadas a mudança do modelo de nota fiscal, passando do modelo comum utilizando formulários impressos em gráficas, para o modelo eletrônico, sendo necessária a utilização de certificação digital para realizar a assinatura e transmissão do documento (YOUNG, 2009).

Utilizando este novo modelo de documento os benefícios não atingem apenas o fisco, mas também serão sentidos pela sociedade, pelas empresas emissoras e as receptoras desse documento em suas operações comerciais. Para Azevedo (2009) a sociedade será beneficiada pelo projeto em duas situações essenciais, a primeira é a diminuição de utilização de papel impactando ecologicamente a sociedade e a segunda é por meio da criação de postos de trabalho relacionados à NF-e.

Já a empresa que adota este novo modelo de nota fiscal será beneficiada com a redução dos custos. Dentre os custos passíveis de redução de acordo com Young (2009), está “1. Redução dos custos da impressão; 2. Redução de custos de aquisição de papel; 3. Redução dos custos de envio do documento; 4. Redução de custos de armazenamento de documentos fiscais [...]”. E para empresas que adquirem mercadorias de fornecedores que utilizam NF-e, terão benefícios com a eliminação de digitação das informações das notas fiscais de compras realizadas, redução de erros em escriturações causados por problemas de digitação e o incentivo ao relacionamento eletrônico entre fornecedores (YOUNG, 2009).

As reduções assim destacadas anteriormente podem sofrer variações de uma empresa para outra, pois essas vantagens são dependentes de alguns fatores como o porte da empresa, o volume de emissão de notas e o nível de tecnologia da região. Esses fatores poderão afetar na redução dos custos com a mudança da nota fiscal modelo 1 para a NF-e. Existem estimativas que empresas que aderiram a NF-e em suas atividades reportaram ganhos que podem variar entre R\$ 0,50 (cinquenta centavos) a R\$ 0,80 (oitenta centavos) a cada nota emitida, esta redução se relaciona apenas a custos com aquisição de formulários (AZEVEDO, 2009).

## 2.7 CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL DA PESQUISA

O Estado de Rondônia teve origem do desmembramento dos Estados do Amazonas e Mato Grosso, onde em 13 de setembro de 1943 pelo Decreto-lei nº 5.812 foi criado o Território Federal do Guaporé que mais tarde no ano de 1956 passou a Território Federal de Rondônia (RONDÔNIA, 2009).

O território de Rondônia, nome este em homenagem ao Marechal Mariano da Silva Rondon, foi criado com 04 municípios que tempos depois se agruparam em dois. Então no ano de 1977 são criados mais 05 municípios, e já no ano de 1981 criam-se mais municípios devido à crescente migração que ocorria em todo o Estado (TEIXEIRA E FONSECA, 2000).

Até que no ano de 1982 devido a descobertas de jazidas de cassiterita, construção de rodovias que ligavam a região ao restante do país, sua crescente popularização e promessa de riquezas para todo o país, Rondônia é elevada a Estado (RONDÔNIA, 2009).

Com o surto migratório ocorrido na região no ano de 1983 são criados mais dois municípios, dentre estes está Rolim de Moura. No dia 05 de Agosto de 1983 com o Decreto-lei Estadual nº 71 foi criado o município, que teve como primeiro prefeito Valdir Raupp de Matos que foi eleito no ano de 1994 e teve sua posse em 1º de Janeiro de 1995. Antes dessa data histórica para a região, em novembro de 1975 já tinham sido entregues 03 mil lotes que dariam origem ao município e em 10 de Agosto de 1977 foram entregues os primeiros lotes urbanos (ROLIM DE MOURA, 1999).

O nome Rolim de Moura foi dado em homenagem ao primeiro governador da província de Mato Grosso, Dom Antônio Rolim de Moura Tavares, que teve um papel muito importante na colonização da região do vale do Guaporé (ROLIM DE MOURA, 1999).

Segundo estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) o município de Rolim de Moura no ano de 2013 possuía 55.357 habitantes e um território de 1.457.888 km<sup>2</sup> com uma densidade demográfica de 34,74 hab./km<sup>2</sup> (IBGE, 2013).

### **3 METODOLOGIA**

Esta pesquisa foi realizada no município de Rolim de Moura, Estado de Rondônia, e se utilizou de informações das empresas que são associadas à ACIRM e que possuem como atividade principal o comércio varejista de confecção. Segundo dados do IBGE a cidade de Rolim de Moura/RO conta com 1.128 (mil cento e vinte e oito) empresas no âmbito geral, da qual conforme dados da ACIRM 433 (quatrocentos e trinta e três) são associadas à instituição. Deste montante de associadas 58,20% tem como atividade o comércio e 40 (quarenta) tem como atividade principal o comércio varejista de confecção.

Das 40 (quarenta) propriedades destacadas anteriormente 05 (cinco) não se encontravam em atividade e outras 07 (sete) se recusaram a responder as questões por motivos não especificados, portanto a entrevista foi realizada em 28 (vinte e oito) empresas, sendo que 07 (sete) não fizeram o uso da Nota Fiscal Modelo 1 pois quando deram início em suas atividades já estavam obrigadas a utilização da NF-e. Para coleta de dados foi utilizado entrevista semiestruturada composta por perguntas abertas e fechadas que foram respondidas

por colaboradores, proprietários, gestores e demais pessoas que possuem ligação diretamente com a emissão de NF-e.

As questões em primeiro momento buscaram levantar dados gerais da empresa, como tamanho, número de funcionários e grau de escolaridade dos proprietários e administradores. Em seguida buscou levantar gastos obtidos em decorrência da emissão da Nota Fiscal modelo 1, sendo o principal gasto a aquisição de jogos de notas em gráfica. Já para a NF-e buscou-se a verificação de modelo de certificado digital utilizado pela empresa, o número de notas emitidas, a quantidade de vias que são impressas do DANFE e os gastos com insumo de impressão e aquisição de folhas sulfite. Então para concluir foram realizadas perguntas que buscavam verificar se na visão do proprietário a empresa teve benefícios após a implantação da NF-e e se foi preciso a terceirização de serviços para treinamento e adequação da empresa nas exigências do novo documento.

Para posterior análise, os dados foram agrupados de acordo com suas similaridades, onde se utilizou o *Word* e *Excel* para realizar esta atividade. O que permitiu uma melhor verificação dos resultados obtidos e a facilidade de armazenamento das informações obtidas.

## **4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS**

### **4.1 DIVERGÊNCIA NO ENTENDIMENTO EM RELAÇÃO A CUSTO E DESPESA**

Em relação à terminologia de custo e despesa, está ocorrendo uma divergência de nomenclatura utilizada pelos administradores que compõe o ENAT e as definições expressas em lei. Pois os administradores que compõe o ENAT, órgão responsável pela informatização na emissão de documentos e demonstrativos fiscais descreve como principal benefício para as entidades que adotam a NF-e a redução dos custos com impressão e armazenamento da Nota Fiscal.

Esta divergência ocorre, por que o art. 18 (dezoito) do Convênio ICMS s/nº de 15 (quinze) de Dezembro de 1970 (mil novecentos e setenta) define que os estabelecimentos comerciais deverão realizar a emissão da Nota Fiscal “sempre que promoverem a saída de mercadoria”, portanto pode-se dizer que os gastos decorrentes deste documento estão diretamente ligados a venda. No entanto o CPC 00 descreve que os gastos com vendas são classificados como despesas, desta forma os gastos com impressão e armazenamento de NF-e são despesas do período e não custo como descrito pelos administradores do ENAT.

## 4.2 PERFIL DAS EMPRESAS PESQUISADAS

No que se refere ao porte das empresas pesquisadas 71% obtêm uma receita bruta anual de até R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais), 21% possui receita bruta de R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) à R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais) e apenas 4% tem uma receita superior a R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais) e inferior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais). No universo pesquisado 4% dos entrevistados informaram que não possuem conhecimento sobre qual é a receita bruta da sua empresa.

Em referência ao grau de escolaridade dos proprietários verificou-se que 57% possuem o ensino superior completo, 36% tem o ensino médio e 7% iniciaram a carreira acadêmica, mas ainda não a concluíram. O que chama a atenção é que em sua maioria, os proprietários só buscaram a formação acadêmica após terem se tornado empresários, temendo a concorrência do mercado. Em relação a contratação de terceiros para a administração da empresa, foi incomum identificar alguma entidade que contava com profissional terceirizado, pois, apenas 4% das empresas possuem um terceiro responsável pela sua administração, as demais são administradas pelos próprios proprietários.

## 4.3 COMPARAÇÃO ENTRE OS GASTOS PARA EMISSÃO DA NOTA FISCAL MODELO 1 E NF-E

O uso de Nota Fiscal modelo 1 ou 1A quase sempre ocorreu em situações excepcionais, como venda para pessoa contribuinte de ICMS e/ou IPI e devoluções. Esse fato se dá pela existência de outros documentos como a nota modelo 2 ou até mesmo a utilização de Emissor de Cupom Fiscal (ECF) que são aceitos pela legislação para acobertar a circulação de mercadorias nos demais casos, o que limita a emissão da Nota fiscal modelo 1 ou 1A. Sendo assim o número de Notas Fiscais nas empresas pesquisadas quase sempre foi muito baixo, 55% das empresas costumavam emitir até 500 (quinhentas) notas modelo 1 ou 1A e 45% emitiam de 501 (quinhentos e uma) a 1000 (mil) notas/ano. Durante o período em que se utilizava este modelo de nota nenhuma empresa emitiu mais de 1000 (mil) destes documentos.

Segundo Azevedo (2009), com o passar dos anos foram surgindo tecnologias que facilitaram o processo de emissão de Nota Fiscal modelo 1 ou 1A, a ferramenta mais recente

foi o uso de computadores, que contava com o auxílio de periféricos como a impressora para imprimirem as informações da venda no documento fiscal. Porém para utilizar o computador e a impressora para realizar esta atividade era necessário outro componente, o *software*, o qual possibilitaria a impressão de acordo com as normas técnicas.

Conforme relatado pelos entrevistados o uso de *software* sempre foi necessário para auxiliar em suas atividades cotidianas, como o controle de estoque e pelo alto índice de vendas a prazo. Porém no mercado existem *softwares* de vários níveis, uns atendem as necessidades fiscais, outros são apenas para controles básicos que atenda as necessidades cotidianas. Neste contexto cabe a empresa a escolha pelo que atenda melhor suas necessidades. Sendo assim foi constatado que apenas 45% das empresas usavam seu sistema para a impressão de Nota Fiscal modelo 1 ou 1A, as demais utilizavam a emissão manuscrita. O principal motivo da escolha pela emissão manual, se dava pelo fato de que o número de Notas Fiscais emitidas era muito baixo e o valor a ser investido em um sistema que atendesse as necessidades fiscais era superior a sistemas que atendessem apenas suas necessidades cotidianas, o que levava a pensar que o custo/benefício não compensaria o investimento.

Para as empresas que optaram por emitir suas notas fiscais por meio de computadores, a escolha pelo modelo de impressora a ser utilizado se dá quase sempre em observância ao custo e eficiência na realização da atividade. A impressora de impacto ou matricial como também é conhecida se torna mais adequada para notas fiscais modelo 1, além de apresentarem um custo de manutenção consideravelmente baixo e uma vida útil longa em relação as demais, benefícios que levaram a 70% das empresas a usarem esta impressora para realização de suas atividades, já 5% optavam pela impressora a jato de tinta devido a qualidade da impressão.

Para se verificar qual era a despesa das empresas que emitiam a nota fiscal modelo 1, foi perguntado o valor anual gasto com aquisição de blocos pré-impressos de notas. Questão respondida por apenas 55% das empresas que disseram utilizar este modelo de documento, no qual foi possível obter um valor total de gastos para todas as empresas de R\$ 5.398,00 (cinco mil trezentos e noventa e oito reais), considerando que 10 (dez) empresas responderam a questão que buscava identificar este valor, o que possibilitou se chegar a uma média de R\$ 539,80 (quinhentos e trinta e nove reais e oitenta centavos) de gasto anual por empresa para a emissão de nota fiscal modelo 1 ou 1A. Considerando o valor total gasto com aquisição de jogos de Nota Fiscal modelo 1 ou 1A e o número de notas emitidas é possível chegar a um valor entre R\$ 0,80 (setenta centavos) e R\$ 1,40 (um real e quarenta centavos) por nota

emitida, situação que pode ser observada na tabela 01. A variação ocorre em decorrência da utilização de funções gráficas, como marca d'água, onde cada empresa confecciona documentos com características próprias, o que faz com que os custos sejam diferentes entre uma e outra empresa.

**Tabela 01** – Gastos com Nota Fiscal modelo 1

<b>Empresas</b>	<b>Valor gasto com bloco de notas</b>		<b>Numero de notas</b>		<b>Valor unitário</b>	
<b>A</b>	R\$	400,00	0	500	R\$ -	R\$ 0,80
<b>B</b>	R\$	400,00	0	500	R\$ -	R\$ 0,80
<b>C</b>	R\$	200,00	0	500	R\$ -	R\$ 0,40
<b>D</b>	R\$	500,00	0	500	R\$ -	R\$ 1,00
<b>E</b>	R\$	700,00	0	500	R\$ -	R\$ 1,40
<b>F</b>	R\$	400,00	0	500	R\$ -	R\$ 0,80
<b>G</b>	R\$	348,00	501	1000	R\$ 0,69	R\$ 0,35
<b>H</b>	R\$	850,00	501	1000	R\$ 1,70	R\$ 0,85
<b>I</b>	R\$	800,00	501	1000	R\$ 1,60	R\$ 0,80
<b>J</b>	R\$	800,00	501	1000	R\$ 1,60	R\$ 0,80
<b>Total</b>	<b>R\$</b>	<b>5.398,00</b>			R\$ 5,58	R\$ 8,00
<b>Média</b>	<b>R\$</b>	<b>539,80</b>			R\$ 1,40	R\$ 0,80

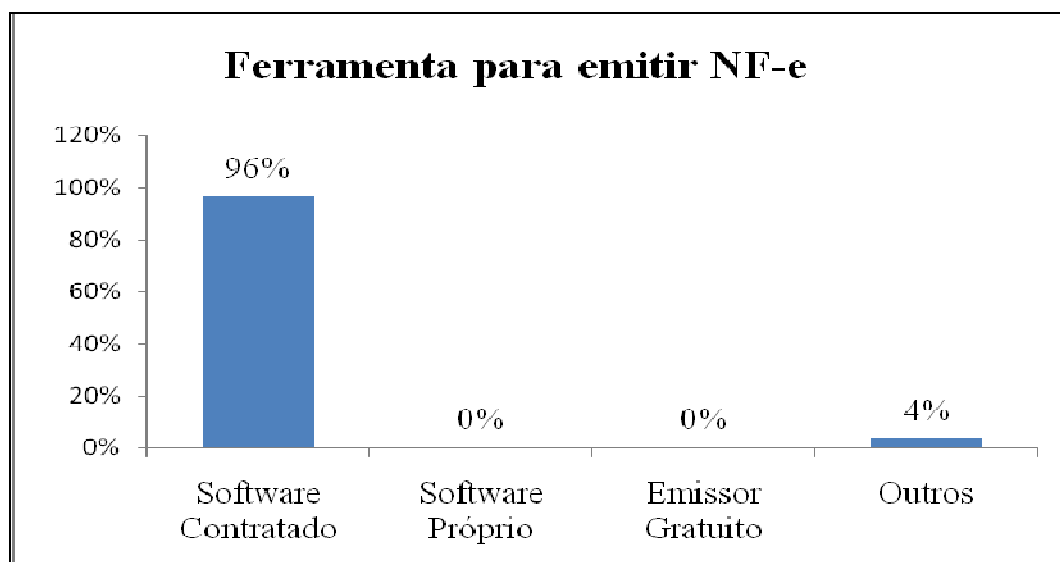
Fonte: Próprio autor com base na pesquisa (2014).

A utilização da NF-e em substituição a nota modelo 1 ou 1A teve início nas empresas pesquisadas já no ano de 2008 (dois mil e oito), porém a maior parte só aderiu a esta mudança entre os anos de 2011 (dois mil e onze) e 2012 (dois mil e doze), como dito por parte dos entrevistados, corria muitos boatos no meio comercial de que a NF-e era uma ferramenta para beneficiar a fiscalização, e por este motivo os empresários evitaram esta mudança o máximo possível.

Para a emissão deste novo documento se faz necessário a utilização de *softwares* que estejam de acordo com as normas técnicas exigidas, porém cabe ressaltar que o governo de São Paulo realizou a produção de um sistema conhecido no mercado como emissor gratuito que pode ser utilizado por qualquer emissor de NF-e que opte por não investir na utilização de um sistema pago. O emissor gratuito não gera gasto algum a quem utilizá-lo. Mas como já citado anteriormente os *softwares* sempre foram ferramentas essenciais para as empresas deste ramo de atividade, levando às empresas pesquisadas a contratarem *softwares* para realização de suas atividades cotidianas, o que pode ser observado na figura 01.

Com a mudança das notas fiscais modelo 1 ou 1A para a NF-e a maioria dos sistemas precisaram se adequar para não perder mercado, sendo assim esses disponibilizaram atualizações que permitiram a emissão deste novo documento. Conforme citado pela maioria, a necessidade de implantação de um novo sistema quase não ocorreu, motivados pela observância dos gastos, visto que, o processo de mudança poderia ocasionar um alto investimento para implantação de um novo. Ressalta-se também que o valor pago mensalmente aos fornecedores do sistema não sofreram alterações em virtude do novo modelo de documento. Porém, o aumento dos gastos com o programa ocorreram apenas em virtude de reajustes anuais previstos em contrato.

**Figura 01** - Como a empresa realiza a emissão de NF-e.



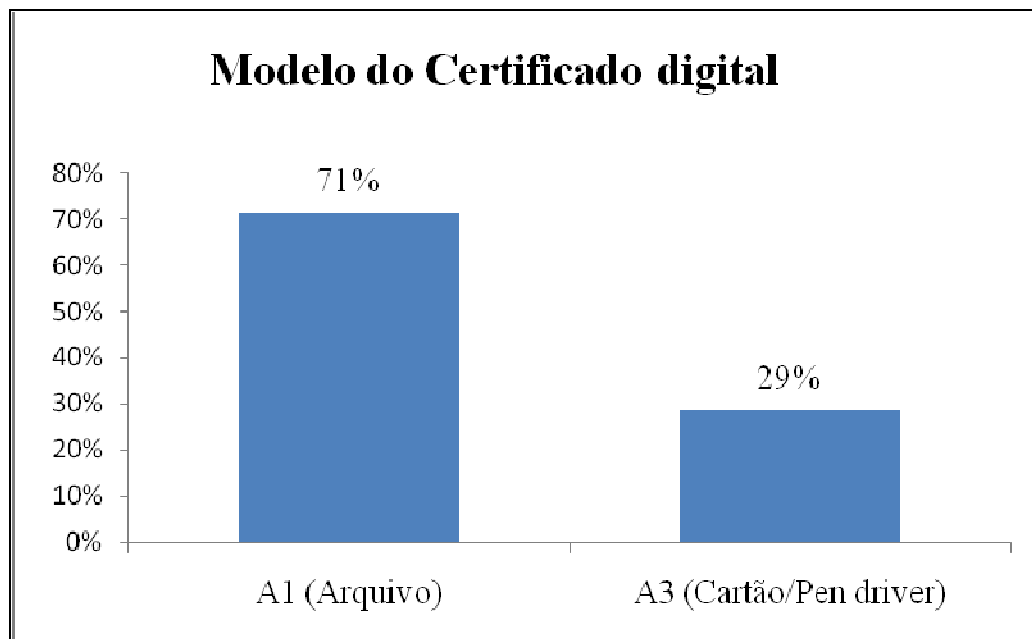
Fonte: Próprio autor com base na pesquisa (2014).

Uma outra necessidade para a emissão da NF-e é a utilização de um certificado digital que segundo Azevedo (2009), é responsável por identificar e autenticar a autoria da transação ocorrido por meio eletrônico. E em relação à certificação digital Azevedo (2009) ainda destaca que existe dois modelos o A1 e o A3 e sua maior diferença é o prazo de validade. Porém os entrevistados destacam uma outra diferença entre os dois modelos, sendo essa diferença o valor de aquisição, sendo que o A1 tem um gasto inferior para aquisição e ainda não se faz necessário a aquisição da leitora de cartão inteligente que possui um valor elevado na região, por este motivo 71% optou por adquirir este modelo de certificado e apenas 29% utilizaram o certificado A3, o que pode ser observado na figura 02.



Alguns empresários disseram que uma outra vantagem do certificado A1 é a possibilidade de emissão simultânea de NF-e em vários computadores, o que não ocorre com o cartão, pois este se faz necessário estar fisicamente conectado ao equipamento.

**Figura 02** – Modelo de Certificado Digital utilizado pelas empresas.



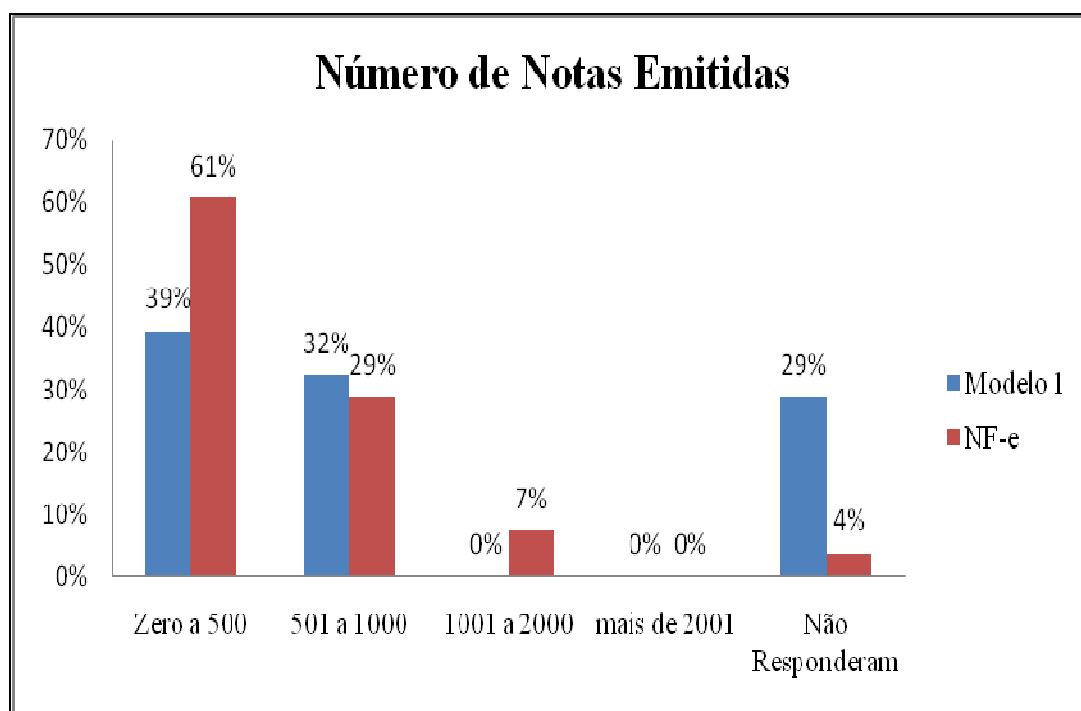
Fonte: Próprio autor com base na pesquisa (2014).

A mudança de modelo de documento de início proporcionou um certo medo por parte das empresas e no início da emissão da NF-e o número de notas tiveram uma baixa, porém com o passar dos meses a realidade foi percebida e a emissão de NF-e teve uma intensificação, o que pode ter influenciado para que 7% dos entrevistados emitissem entre 1001 (mil e uma) e 2000 (duas mil) notas/ano; resposta esta que teve 0% quando verificado o número de notas modelo 1 ou 1A, as empresas que emitiam até 500 (quinhentas) notas apresentaram um crescimento de 6% em relação ao modelo anterior. As empresas que emitiam de 501 (quinhentas e uma) a 1000 (mil) notas tiveram uma queda e com NF-e passaram de 32% a 29% dos entrevistados. Queda esta que pode ter sido ocasionada pelas empresas que já iniciaram suas atividades utilizando a NF-e e não responderam as questões relacionadas a Nota Fiscal modelo 1 conforme figura 03.

A NF-e como citado por Young (2009) busca beneficiar a toda a população, inclusive as empresas que emitam este documento fiscal; dentre os benefícios destacados pela autora estão a redução dos custos com impressão, redução dos custos com aquisição de papel e redução dos custos de armazenamento.

No que diz respeito ao armazenamento da NF-e, Azevedo (2009) descreve que a guarda do arquivo XML que corresponde a NF-e é de responsabilidade do emitente e destinatário devendo ocorrer por ambas as partes e pelo período de 05 (cinco) anos, porém foi possível identificar a falta de conhecimento de alguns dos entrevistados sobre o assunto. Quando questionados sobre a forma de armazenamento do arquivo alguns acreditavam que o DANFE representava a NF-e e não sabiam da existência de um arquivo digital. Mas com uma pesquisa foi possível constatar que a salva destes arquivos são realizadas automaticamente pelos sistemas que são utilizados para emissão, e sua guarda ocorre no próprio equipamento da empresa em que são emitidas as Notas Fiscais independente de comando específico.

**Figura 03** – Número de Notas emitidas em um período.

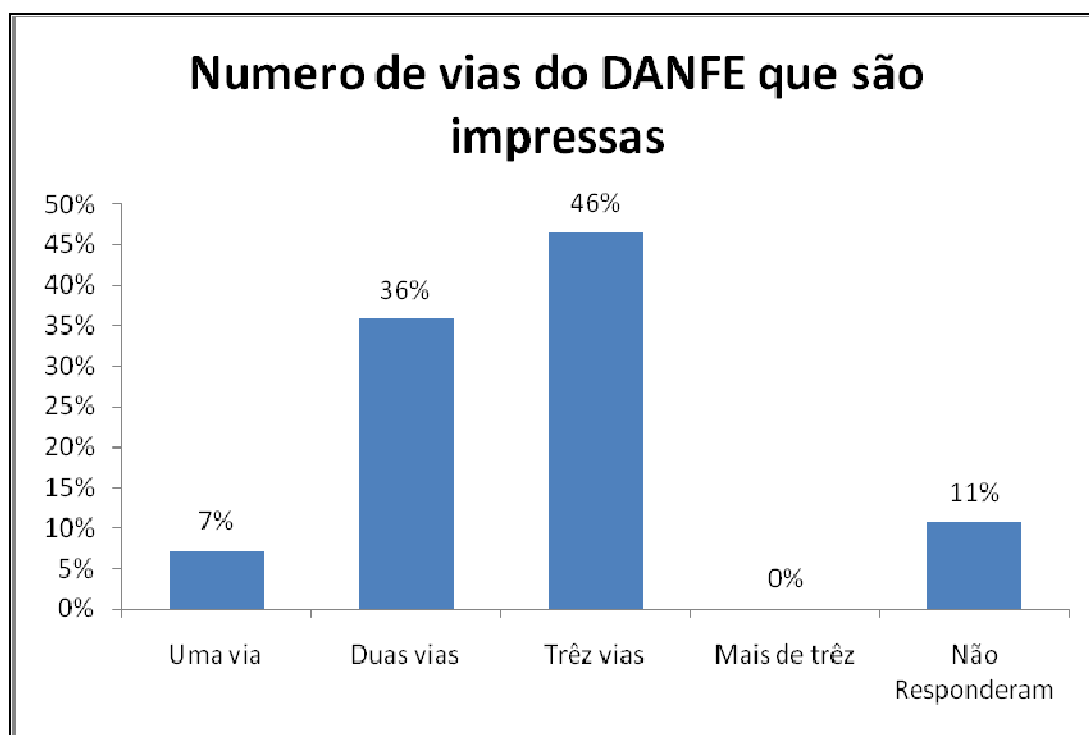


Fonte: Próprio autor com base na pesquisa (2014).

Conforme destacado por Azevedo (2009) a emissão de NF-e teve como objetivo reduzir os gastos com insumos ambientais, trazendo benefícios para a população em geral, o principal processo que acarretará essa redução é o número de vias que serão impressas do DANFE, reduzindo a quantidade de papel gasto, que automaticamente acarretará na redução de água gasta para produção deste material. A legislação prevê a impressão de apenas 01 (uma) via para acobertar a circulação da mercadoria, mas como se pode ver na figura 04, 46% das empresas realizam a impressão de 03 (três) vias. O principal motivo destacado pelos entrevistados foi de que não tinha conhecimento sobre este assunto e como antes era preciso

enviar uma via ao escritório, uma ao cliente e outra deveria ser mantida sob sua guarda, até hoje é realizado este procedimento, mais uma vez, demonstrando a falta de conhecimento da real mudança que a NF-e veio trazer ao meio fiscal e empresarial.

**Figura 04** – Número de Vias do DANFE que são impressas.



Fonte: Próprio autor com base na pesquisa (2014).

Esta impressão de 02 (duas) vias a mais do que o ideal pode comprometer a redução de gastos proposta pelos idealizadores do projeto, pois triplica o valor gasto com aquisição de papel (folha sulfite) e impressão.

As empresas pesquisadas apresentaram um gasto total de R\$ 9.468,00 (nove mil quatrocentos e sessenta e oito reais), considerando que 21 (vinte e uma) empresas responderam as questões que relacionavam os gastos com aquisição de certificado, aquisição de papel e insumos de impressão obtêm uma média de R\$ 450,86 (quatrocentos e cinquenta reais e oitenta e seis centavos) por empresa, independente do número de notas emitidas. Empresas que emitiram 1001 (mil e uma) à 2000 (duas mil) NF-e tiveram um gasto total de R\$ 1.355,00 (um mil trezentos e cinquenta e cinco reais) e considerando o número de empresas que emitiram esta quantidade, obtêm-se uma média de R\$ 677,50 (seiscentos e setenta e sete reais e cinquenta centavos) por empresa, e o gasto de cada NF-e variou de R\$

0,68 (sessenta e oito centavos) caso seja impresso 1001 (mil e uma) notas à R\$ 0,34 (trinta e quatro centavos) quando da impressão de 2000 (duas mil) notas.

Já para as empresas que emitem até 500 NF-e se tem um gasto total de R\$ 5.458,00 (cinco mil quatrocentos e cinquenta e oito reais) e considerando o número de empresas que emitem esta mesma quantidade é possível chegar a uma média de R\$ 389,86 (trezentos e oitenta e nove reais e oitenta e seis centavos). Contudo o gasto unitário de cada NF-e fica em torno de R\$ 0,78 (setenta e oito centavos) quando ocorrer a emissão de 500 notas, valor este que pode aumentar conforme a redução do número de nota emitida, situação esta que pode ser verificada na tabela 02. Tal resultado é corroborado por Azevedo (2009) o qual destaca que o número de notas emitidas pode sim influenciar no valor do gasto unitário por nota, ou seja, quanto maior o número de notas emitidas menor o gasto unitário.

**Tabela 02** – Valor unitário gasto com emissão de NF-e

Numero de notas		NF-e	
		Valor unitário	
0	500	R\$ -	R\$ 0,78
501	1000	R\$ 1,06	R\$ 0,53
1001	2000	R\$ 0,68	R\$ 0,34

Fonte: Próprio autor com base na pesquisa (2014).

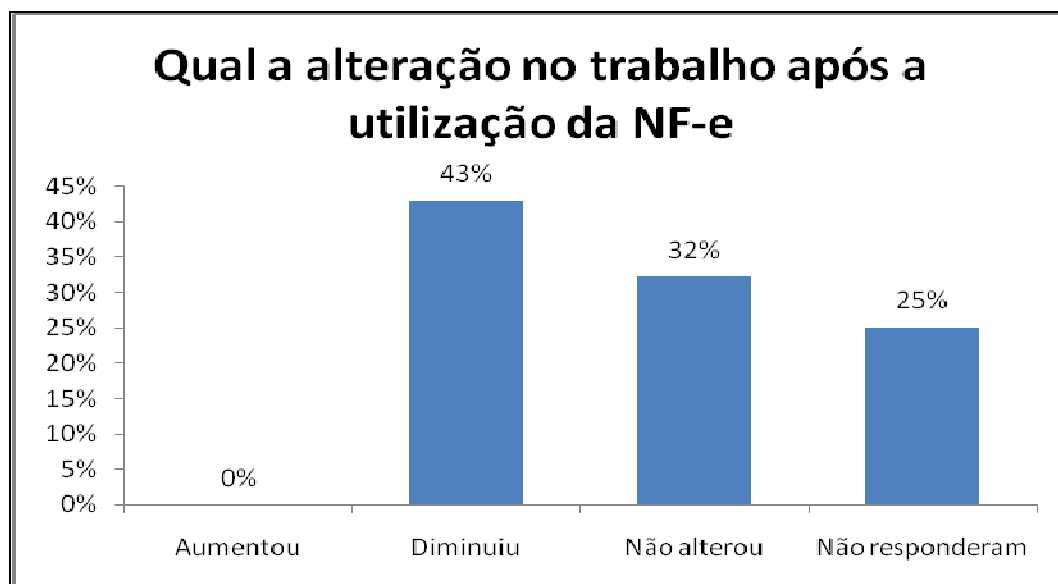
#### 4.3 BENEFICIOS EM DECORRÊNCIA DA UTILIZAÇÃO DA NF-E

Quando questionados sobre os benefícios trazidos pela NF-e, 43% dos entrevistados disseram ter ocorrido uma diminuição nas atividades referente a emissão de documento fiscal, porém esta redução não foi o suficiente para diminuir o número de funcionários envolvidos no processo, apenas ocasionou a disponibilidade de tempo dos funcionários para auxiliar os demais em outras atividades. Já 32% disseram não ter sentido mudança alguma, conforme pode ser observado na figura 05.

O que chamou a atenção é que na região apenas 01 (uma) empresa contou com especialização de funcionários e consultoria. Quando questionados aos que não contrataram tal serviço, todos responderam que não foi preciso pois a própria equipe do *software* utilizado na empresa realizou treinamentos e explicações do processo de emissão da NF-e e as dúvidas fiscais que eram adquiridas com a utilização foram supridas pelo escritório contábil. Não

sendo necessário a contratação de serviços de terceiros ou investimentos maiores para adesão a este novo documento.

**Figura 05** – Alteração no trabalho após a utilização da NF-e.



Fonte: Próprio autor com base na pesquisa (2014).

#### 4.4 COMPARAÇÃO DOS GASTOS COM NOTA FISCAL MODELO 1 E NF-E

A principal diferença que pode ser observada em relação a alteração do modelo de documento fiscal a ser utilizado foi a classificação que pode ser realizada com os gastos de aquisição/emissão deste documento. Pois como citado por Martins (2010) as despesas são classificadas em fixas e variáveis e esta classificação tem as mesmas características da classificação de custo, portanto como Nascimento (2009) destaca que a despesa variável é aquela que sofre alteração de acordo com a quantidade produzida; a nota fiscal modelo 1 se enquadra como uma despesa variável, por que esta tem relação com o número de notas emitidas no período, sendo assim quanto mais notas se emite maior será o gasto com aquisição de bloco.

Já a NF-e tem alguns dos seus gastos classificados como despesa fixa, é o caso do certificado digital que sua aquisição ocorre por período, podendo ser para 01 (um) ou 03 (três) anos. Pelo fato de não ocorrer um limite para emissão de notas, esta não sofrerá alteração em relação ao número de documentos emitidos. O valor gasto é fixo para o período, cabendo à contabilidade gerencial ratear o seu gasto entre as notas emitidas no período de validade,

reduzindo assim o valor unitário do documento, fato este que trará redução nas despesas da empresa.

O valor total gasto com emissão de Nota Fiscal modelo 1, sofrerá variação em decorrência de três situações - número de notas emitidas no período, diferença no valor de mercado e a variação em decorrência de elementos gráficos que fogem do padrão exigido em lei, porém o valor unitário não terá influência pelo número de notas emitidas no período, pois ela tem seu gasto classificado em variável e a cada nota emitida o gasto aumentará em igual valor. Já o gasto unitário da NF-e terá influência em três situações:

- a. O número de notas emitidas no período;
- b. O modelo de certificado adquirido;
- c. O número de vias impressas do DANFE.

A variação em decorrência do número de notas emitidas, ocorre pois quando se emitir cerca de 2000 (duas mil) notas no período o valor unitário gasto poderá ser de R\$ 0,34 (trinta e quatro centavos) porém se o número de notas emitidas for 500 (quinhentos) o gasto por nota emitida será de R\$ 0,78 (setenta e oito centavos), está diferença se dá em decorrência do rateio do valor gasto com a aquisição do certificado digital. A diferença em virtude do modelo de certificado utilizado é devido a existência de dois modelos, o A1 e o A3; o primeiro tem sua validade por ano e seu valor de aquisição será rateado pelo número de notas emitidas no seu período de validade. O segundo tem sua validade por 03 (três) anos e seu valor de aquisição será rateado pelo número de períodos em que será utilizado e posteriormente pelo número de notas emitidas dentro de cada período.

O terceiro motivo que pode ter influência direta na obtenção de resultados positivos a utilização da NF-e em substituição ao modelo 1 é o número de vias do DANFE que serão impressas, pois conforme destacado a legislação prevê a emissão de uma única via para acompanhamento no transporte, porém a pesquisa demonstrou que na região a maior parte das empresas realizam a impressão de 03 (três) vias seguindo padrões utilizados ainda quando emitidas notas fiscais modelo 1.

O uso da Nota Fiscal eletrônica em substituição a Nota Fiscal modelo 1 poderá representar uma redução de R\$ 0,09 (nove centavos) caso ocorra a emissão de 500 (quinhentas) notas à R\$ 0,34 (trinta e quatro centavos) com a emissão de 501 notas, conforme pode ser visto na tabela 03. Se realizado uma média entre o valor unitário gasto com emissão de Nota Fiscal modelo 1 e valor gasto com NF-e a diferença será de R\$ 0,31 (trinta e um centavos), comprovando assim que o número de notas emitidas é essencial para redução dos

gastos da entidade. Esta redução vem comprovar a amostragem de Azevedo (2009) onde destaca que a redução do custo após a utilização da NF-e pode chegar a R\$ 0,80 (oitenta centavos) por nota.

**Tabela 03** – Comparação dos gastos com Nota fiscal modelo 1 e NF-e

Número de Nota	Modelo 1	NF-e	Diferença
<b>0</b>	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>500</b>	R\$ 0,87	R\$ 0,78	R\$ 0,09
<b>501</b>	R\$ 1,40	R\$ 1,06	R\$ 0,34
<b>1000</b>	R\$ 0,70	R\$ 0,53	R\$ 0,17
<b>1001</b>	R\$ 0,00	R\$ 0,68	R\$ 0,00
<b>2000</b>	R\$ 0,00	R\$ 0,34	R\$ 0,00
<b>Média</b>	R\$ 0,99	R\$ 0,68	R\$ 0,31

Fonte: Próprio autor com base na pesquisa (2014).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O SPED engloba outros projetos, dentre eles esta a NF-e que foi o primeiro a entrar em uso, em seguida surgiu o SPED Fiscal, o EFD Contribuições, entre outros. Os benefícios trazidos pela NF-e poderão ser complementados pelos demais projetos, tendo em vista que uso da informática pela contabilidade e o fisco visa reduzir os impactos ambientais e consequentemente reduzir gastos com impressão e guarda de documentos, o que trará benefícios a toda a população.

O principal gasto da Nota Fiscal modelo 1 era com produção dos formulários, que deveriam ser previamente autorizados pela Secretária de Finanças (SEFIN) e posteriormente produzidas em gráficas. Os formulários eram pré-estruturados para que na emissão apenas fosse preciso o preenchimento dos campos de acordo com as normas técnicas exigidas pelo fisco. Os jogos de notas eram compostos por 05 vias, e seu custo poderia variar de acordo com a gráfica escolhida e por elementos gráficos mais avançados, como por exemplo, o logo da empresa ou algo que fuja dos padrões exigidos pela legislação, mas que não a infrinja.

Já o uso da NF-e pode reduzir os gastos em comparação a utilização da nota modelo 1, visto que esta não se faz necessário a produção em gráfica, e sim a utilização do certificado digital para assinatura e autorização de emissão. Sendo assim a impressão do DANFE ocorrerá na própria empresa e em uma folha sulfite comum, sendo que a inclusão de

elementos gráficos não atribuirá maiores dispêndios para a empresa como era o caso da nota modelo 1.

Considerando o objetivo proposto pela pesquisa, onde buscou verificar se pode existir uma redução dos gastos com a emissão de documento fiscal após a criação do novo modelo de documento, a NF-e, foi possível constatar que o valor gasto com aquisição do certificado digital e os insumos de impressão, comparados ao gasto com aquisição de formulários para Notas Fiscais modelo 1, pode proporcionar uma redução de 60,92%, tendo como base de comparação a emissão de 500 (quinhentas) notas modelo 1 e 2000 (duas mil) NF-e.

O uso do certificado digital em comparação a emissão de jogos de notas em gráfica, pode sim atribuir redução nos gastos da entidade, mas estará ligada diretamente a quantidade de notas que será emitida pela empresa no período de validade do certificado, o qual poderá ser valido por 01 (um) ou até 03 (três) anos. Porém o fato de algumas empresas emitirem 03 (três) vias do DANFE, situação que ocorre por falta de instrução, pode influenciar para que a empresa não sinta diferença alguma no gastos com emissão do documento.

Uma situação muito questionada pelos entrevistados foi a falta de suporte por parte dos escritórios contábeis. Pois muitos não conheciam o que realmente é uma NF-e, não sabendo as vezes da existência de um arquivo digital e que o DANFE é apenas um documento para transporte, sendo assim, os escritórios poderiam estar mais presentes nas empresas e prestando esclarecimentos sobre assuntos mais complexos e atuais. No entanto, os empresários também poderiam cobrar isto dos seus escritórios, ou até mesmo buscarem conhecimento por meio de outras ferramentas como a internet, palestras e treinamentos.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, O. R. MARIANO, P. A. **SPED: Sistema Público de Escrituração Digital**. 2. ed. São Paulo: IOB, 2009.

BRASIL, Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

\_\_\_\_\_. **Convênio s/nº, 15 de Dezembro de 1970**. Brasília, DF: Senado, 1970.



\_\_\_\_\_. **Comitê de Pronunciamentos Contábeis**. Disponível em <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos>>. Acesso em: 20 mai. 2014.

\_\_\_\_\_. CTN. **Lei nº 5.172, de 25 de Outubro de 1966**. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/15172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15172.htm)>. Acesso em: 25 nov. 2013.

\_\_\_\_\_. **Ementa Constitucional nº 42, 19 de Dezembro de 2003**. Brasília, DF: Senado, 2003.

\_\_\_\_\_. **“Histórico do Encontro Nacional de Administradores Tributários.”** 2009. Disponível em: <<http://www19.receita.fazenda.gov.br/enat/historico>>. Acesso em: 21 nov. 2013.

\_\_\_\_\_. Receita Federal. **Código Tributário Nacional**. Disponível em <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/CodTributNaci/ctn.htm>>. Acesso em: 25 nov. 2013.

\_\_\_\_\_. Receita Federal. **Sistema Publico de Escrituração Digital**. Disponível em: <<http://www1.receita.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 21 nov. 2013.

\_\_\_\_\_. Receita Federal. **Protocolo de Cooperação II ENAT Nº 2/2005 - ENAT**. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/RecomendacoesCGSN/Protocolos/2005/protocolo2.htm>>. Acesso em: 21 nov. 2013.

\_\_\_\_\_. Receita Federal. **Protocolo de Cooperação II ENAT Nº 3/2005 - ENAT**. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/RecomendacoesCGSN/Protocolos/2005/protocolo3.htm>>. Acesso em: 21 nov. 2013.

COSTA, A. **Apostila de contabilidade de custo**. Disponível em: <<http://www.passeidireto.com/arquivo/1781783/apostila-de-contabilidade-de-custos>>. Acesso em: 24 nov. 2013.

FABRETTI, L. C. **Contabilidade Tributária**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

FERRARI, C. G. M. R. S. **História do Direito Tributário - Da origem a aplicação no Brasil**. Disponível em: <<http://www.portaleducacao.com.br/direito/artigos/47915/historia-do-direito-tributario-da-origem-a-aplicacao-no-brasil>>. Acesso em: 21 nov. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA - IBGE. **Rolim de Moura/Rondônia**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=110028>>. Acesso em: 04 mar. 2014.

MARTINS, E. **Contabilidade de Custos**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MATTOS, J. G. **Custo de Produção – história, teoria e conceitos**. Disponível em: <<http://www.gea.org.br/scf/aspectosteoricos.html>>. Acesso em: 21 nov. 2013.

MELLO, N. O. de. **Coleção SPED: NF-e**. 1 ed. São Paulo: IOB, 2010.

NASCIMENTO, J. M. de. **Custos: planejamento, controle e gestão na economia globalizada**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2001.

PAULSEN, L. **Curso de Direito Tributário: Completo**. 4. ed. rev. atual. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2012.

ROLIM DE MOURA. **História**. Disponível em: <<http://rolimdemoura.ro.gov.br/nossa-historia/>>. Acesso em: 04 mar. 2014.

RONDÔNIA. **História**. Disponível em: <<http://www.rondonia.ro.gov.br/conteudo.asp?id=180>>. Acesso em: 11 de mar. 2014

SABBAG, E. de M. **Direito Tributário**. 13. ed. Niterói, RJ: Impetus, 2012.

TEIXEIRA, Marco Antônio Domingues. FONSECA, Dante ribeiro da. **História Regional: Rondônia**. 2. ed. Porto Velho: Rondoniana, 1998.

WERNKE, R. **Gestão de Custos: Uma abordagem prática**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

YOUNG, L. H. B. **SPED – Sistema Público de Escrituração Digital**. Curitiba: Juruá, 2009.

## **APÊNDICE**

## APÊNDICE A – Entrevista

Entrevista para coleta de dados.

**1. Qual a receita bruta da empresa?**

- a. Até R\$ 240 mil
- b. De R\$ 240 mil a R\$ 2,4 milhões
- c. De R\$ 2,4 milhões a R\$ 50 milhões
- d. De R\$ 50 milhões a R\$ 500 milhões
- e. De R\$ 500 milhões a R\$ 1 bilhão
- f. Mais de R\$ 1 bilhão
- g. Prefiro não informar

**2. Grau de Escolaridade do Proprietário:**

- a. Ensino Fundamental
- b. Ensino Médio
- c. Ensino Superior Incompleto
- d. Ensino Superior Completo

**3. A responsabilidade pela administração da empresa é por conta de:**

- a. Proprietário
- b. Terceiro

**4. Se na resposta 03 a alternativa marcada for a “b” responda: Qual grau de escolaridade do administrador:**

- a. Ensino Fundamental
- b. Ensino Médio
- c. Ensino Superior Incompleto
- d. Ensino Superior Completo

**5. Qual ou quais as ferramentas utilizadas pelo administrador para realização de tomada de decisão:**

**6. A empresa utiliza informações da contabilidade para levantar custos? Se utilizada especifique qual ou quais?**

**7. Qual o número de funcionários da empresa?**

**8. Qual o valor monetário correspondente ao custo com a folha de pagamento de funcionários?**

**Questões relacionadas à emissão de nota modelo 1 ou 1<sup>a</sup>**

**9. Qual o tipo de impressora era utilizada para a impressão de Notas Fiscais Modelo 1 ou 1-A?**

- a. Impacto;
- b. Jato de Tinta;
- c. Laser;
- d. Outro (especifique) \_\_\_\_\_

**10. Quantas Notas Fiscais Modelo 1 ou 1-A eram emitidas por ano?**

- a. Zero a 500.
- b. 501 a 1000.
- c. 1001 a 2000.
- d. Mais de 2001

**11. Qual o valor anual gasto com a aquisição de blocos de Notas Fiscais Modelo 1 ou 1-A?**

**12. Qual o valor anual gasto em despesas com insumos para impressão de Notas Fiscais Modelo 1 ou 1-A (tôner, fitas, tinta, contratos de manutenção, etc.)?**

**13. A empresa enquanto emitia nota fiscal modelo 1 ou 1-A utilizava algum software para impressão das informações em formulários?**

- a. Sim
- b. Não

**14. Se na pergunta 13 a resposta for à alternativa “a” responda: Qual era o valor gasto com a aquisição, mensalidade ou até mesmo a manutenção (Caso utilizado software próprio) com o sistema?**

**15. Caso ocorra a utilização de software para impressão de nota fiscal, o uso era específico para nota fiscal ou havia outros módulos que eram aproveitados para realização de atividades na empresa.**

- a.** Não. Era apenas para nota fiscal.
- b.** Sim. Era utilizado para demais atividades. Especifique.

**16. Em que data sua empresa passou a emitir NF-e?**

**17. Qual modelo do certificado utilizado?**

- a. A1 (Arquivo)
- b. A3 (Cartão/Pen drive)

**18. Caso a resposta da questão 17 tenha sido a alternativa b responda: Qual marca\modelo da leitora adquirida.**

**19. Qual a Certificadora utilizada para aquisição do certificado?**

**20. Qual foi o valor gasto com a aquisição de certificado digital e leitora se for o caso.**

**21. Em que data sua empresa deixou de emitir Notas Fiscais modelo 1 ou 1-A? (deixe em branco caso ainda emita este modelo de nota fiscal)**

**22. Como a empresa realiza a emissão NF-e?**

- a. Software próprio;
- b. Software contratado;
- c. Emissor Gratuito;
- d. Outro (Especifique) \_\_\_\_\_

**23. Caso a empresa utilize um software contratado ou próprio, qual o valor gasto com a manutenção ou mensalidade deste?**

**24. O Software é utilizado apenas para controle e emissão de NF-e?**

- a. Sim
- b. Não. (Descreve outras funcionalidades que utiliza) \_\_\_\_\_

**25. Qual foi o número de NF-e emitidas pela empresa no último ano?**

- a. Zero a 500.
- b. 501 a 1000.
- c. 1001 a 2000.
- d. Mais de 2001

**26. As NF-e emitidas pela empresa são armazenadas**

- a. Em equipamento próprio;
- b. Em áreas de armazenamento contratadas;
- c. Pela empresa provedora do serviço de autorização da NF-e;
- d. Outro (especifique) \_\_\_\_\_

**27. Caso a resposta da questão 24 seja as alternativas b ou c responda: Qual o valor anual gasto com o armazenamento remoto de NF-e?**

**28. A empresa terceiriza os serviços de emissão?**

- a. Sim
- b. Não

- 29. Caso ocorra a terceirização dos serviços de emissão, qual o valor gasto anual com estes serviços?**
- 30. Caso não seja terceirizada a impressão, qual o tipo de impressora utilizada para a impressão de DANFE?**
- a. Impacto
  - b. Jato de Tinta
  - c. Laser
  - d. Outro (especifique) \_\_\_\_\_
- 31. Qual o valor anual gasto com a aquisição de papel destinado a impressão de DANFE?**
- 32. Quantas vias do DANFE são impressas:**
- a. 01
  - b. 02
  - c. 03
  - d. Mais de 03
- 33. Qual o valor gasto por ano com insumos para impressão de DANFE (toner, fitas, tinta, contratos de manutenção, etc.)?**
- 34. Com a adoção da NF-e qual a alteração no trabalho das pessoas envolvidas exclusivamente no processo de emissão de notas? (responda “diminuiu” caso tenha ocorrido uma redução de pessoas envolvidas no processo; “aumentou”, caso tenha ocorrido à necessidade de aumento de pessoas envolvidas na emissão de NF-e; ou “não alterou”, nos demais casos).**
- a. Diminuiu;
  - b. Aumentou;
  - c. Não alterou
- 35. Caso na empresa tenha ocorrido o aumento ou diminuição de pessoas envolvidas no processo de emissão de NF-e, especifique qual foi a diferença do valor gasto em relação à remuneração dos funcionários, comparado há anos anteriores, onde ainda era utilizado a nota fiscal modelo 1 ou 1-A.**
- 36. A empresa teve gastos com especialização de funcionário referente à NF-e:**
- a. Sim
  - b. Não
- 37. Se a empresa teve gastos com especialização, qual foi o valor deste investimento?**

**38. A empresa contou com alguma consultoria para adequação ao novo documento:**

- a.** Sim
- b.** Não

**39. Se a empresa investiu em consultoria, qual foi o valor gasto?**